

## A ADESÃO DOS PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA NO CARIRI CEARENSE

**Rodrigo Gonçalves Duarte<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

**Eric Ferdinando Kanai Passone<sup>2</sup>**

*Universidade Cidade de São Paulo*

**Leonardo Felipe Gonçalves Duarte<sup>3</sup>**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

### RESUMO

Neste artigo, objetiva-se analisar a adesão ao Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) por parte dos professores do Ensino Fundamental I de três municípios do Cariri cearense, por meio de documentos e/ou materiais norteadores. Visa-se discutir a influência de ideais neoliberais e gerenciais no programa. Estudos atuais apontam que essas influências na educação intenciam dividir as responsabilidades das políticas educacionais, isto é, propor um modelo de gestão que valoriza aspectos como eficiência, eficácia, produtividade e resultados, em detrimento de uma formação humanística e cultural. Na pesquisa, do tipo descritiva, com abordagem quantitativa, fundamentou-se teoricamente em estudiosos marxianos. A pesquisa trouxe, como resultados: que a adesão ocorre; o documento mais utilizado é o DCRC (87,7%), e a maioria dos professores que adere ao programa são contratados. Como também tencionam lacunas para eventuais pesquisas, cujo enfoque será esclarecer o que a pesquisa quantitativa mostra.

**Palavras-chave:** Política educacional; Ceará; Implementação; Gerencialismo.

### TEACHERS' ADHERENCE TO THE IMPLEMENTATION OF THE LEARNING AT THE RIGHT AGE PROGRAM IN CEARÁ

### ABSTRACT

In this article, the objective is to analyze adherence to the Learning Program at the Right Age (Mais Paic) by Elementary School I teachers in three municipalities in Cariri, Ceará, through documents and/or guiding materials. The aim is to discuss the influence of neoliberal and managerial ideals on the program. Current studies indicate that these influences on education intend to divide the responsibilities of educational policies, that is, to propose a management model that values aspects such as efficiency, effectiveness, productivity and results, to the detriment of humanistic and cultural training. In the descriptive research, with a quantitative approach, it was theoretically based on Marxian scholars. The research brought the following results: that adherence occurs; the most used document is the DCRC (87.7%), and the majority of teachers who join the

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). São Paulo, MS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7332-1193>. E-mail: [rodrigoduarte600@gmail.com](mailto:rodrigoduarte600@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0305-6734>. E-mail: [erickpassone@gmail.com](mailto:erickpassone@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). São Paulo, MS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4161-3009>. E-mail: [leonardofelipe900@gmail.com](mailto:leonardofelipe900@gmail.com).

program are hired. As well as gaps for possible research, the focus of which will be to clarify what the quantitative research shows.

**Keywords:** Educational politics; Ceará; Implementation; Managerialism.

## ADHESIÓN DE LOS DOCENTES A LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA APRENDER EN LA EDAD CORRECTA EN CEARÁ

### RESUMEN

En este artículo, el objetivo es analizar la adhesión al Programa de Aprendizaje en la Edad Adecuada (Mais Paic) por parte de profesores de la Escuela Primaria I en tres municipios de Cariri, Ceará, a través de documentos y/o materiales orientativos. El objetivo es discutir la influencia de los ideales neoliberales y gerenciales en el programa. Los estudios actuales indican que estas influencias sobre la educación pretenden dividir las responsabilidades de las políticas educativas, es decir, proponer un modelo de gestión que valore aspectos como la eficiencia, la eficacia, la productividad y los resultados, en detrimento de la formación humanística y cultural. En la investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo, se basó teóricamente en estudiosos marxistas. La investigación arrojó los siguientes resultados: que se produce adherencia; el documento más utilizado es el DCRC (87,7%), y la mayoría de los docentes que se incorporan al programa son contratados. Así como vacíos para posibles investigaciones, cuyo enfoque será aclarar lo que muestra la investigación cuantitativa.

**Palabras clave:** Política educativa; Ceará; Implementación; Gerencialismo.

### INTRODUÇÃO

O sistema social de organização desempenha uma função relevante na implementação de políticas educacionais brasileiras, que está ligada às ações de cumprimentos de metas e objetivos previamente estabelecidos, por meio da interação entre os entes federados e os diversos organismos nacionais, internacionais e multilaterais.

Segundo Gatti (2004), o sistema brasileiro de educação deve proporcionar a garantia da educação básica, e, nessa linha de pensamento, as políticas educacionais devem suprir às necessidades do sistema educacional, melhorando a qualidade do ensino por meio da erradicação do analfabetismo e da distorção da idade/série.

Para Oliveira (2010, p. 8), a política pública é uma condição sob a qual o Estado pauta sua governabilidade, ou seja, “[...] no que se refere a toda a sua extensão (formulação, deliberação, implementação e monitoramento)”. Com isso, as políticas educacionais devem exercer uma função importante de orientação, regulação e monitoração das unidades de educação brasileiras; no entanto, Oliveira (2010) salienta que as políticas educacionais estão sendo fomentadas pelo poder do capital, gerando fortes impactos na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais.

Azevedo (2004, p. 15) aponta que, a partir dos anos 1980, começaram a surgir as orientações mundiais de cunho neoliberal, que passaram a ser adotadas pelos países emergentes, ou seja, que estavam em pleno desenvolvimento econômico. Nesse contexto de desenvolvimento e globalização, a educação “[...] é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades”. As alterações no aspecto econômico, no mundo do trabalho e na globalização, passam a ser importantes metas nas políticas sociais e, em especial, na política educacional, que, agora, estaria condicionada à obtenção de resultados, eficiência e qualidade de ensino.

A política educacional passa a ser formulada considerando aspectos e perspectivas de escolas mundiais, isto é, como forma de tentar equiparar a educação nacional aos padrões internacionais, os quais preconizam e valorizam a orientação de organismos multilaterais, que passam a propagar os projetos internacionais e a repassar, ao Estado, as orientações para a implementação dessas políticas.

Miguel e Vieira (2008) destacam que a articulação da política educacional estabeleceu que o Plano Nacional de Educação propagado a partir da Lei 9.394/1996 estabeleceu objetivos e metas a serem atingidas nos dez anos seguintes e que estavam articulados às perspectivas da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, que resultou na formulação de políticas de formação continuada de professores, de maneira que pudessem atender às demandas do mercado, bem como a uma política educacional fortemente influenciada.

O Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) é uma política educacional cearense que tem por objetivo:

ampliar o trabalho de cooperação já existente com os 184 municípios, que além da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, passou a atender também do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses. A iniciativa apoia a aprendizagem dos alunos para que sigam com sucesso, tenham bons resultados e ingressem no Ensino Médio bem-preparados (Ceará, s/data, s/p).

Assim, expõe-se a análise da adesão, ao Mais Paic, por parte dos professores do Ensino Fundamental I, de três municípios do Cariri cearense, por meio de documentos e/ou materiais norteadores. Visa-se, também, trazer uma discussão sobre a influência de ideais neoliberais e gerenciais no programa. O problema de pesquisa está relacionado às seguintes perguntas norteadoras: Os professores do Cariri estão aderindo ao programa? Qual

documento e/ou material é mais utilizado pelos professores para atingir os objetivos do programa?

Este artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, consta a introdução, seguida da fundamentação teórica, metodologia, os resultados e das discussões e considerações finais. Dessa maneira, foi possível analisar como os professores buscam aderir ou não ao programa e, a partir desses dados, e do referencial adotado, fazer uma análise aprofundada, com a meta de identificar quais são as influências do gerencialismo na política do Mais Paic.

## REFERÊNCIAL TEÓRICO

O neoliberalismo diz respeito a uma ideia político-econômica voltada a estabelecer, nas sociedades, as potencialidades empreendedoras do sujeito, de maneira que a liberdade individual possa ser estabelecida. A função do Estado será de promover a liberdade de mercado e preservar a estrutura institucional para garantir a liberdade, integridade da economia e a propriedade privada (Harvey, 2008).

A competição dos organismos internacionais corresponde a um fator importante para a implementação do neoliberalismo, nas políticas sociais, pois a partir do momento em que se passa a dar ênfase para a produtividade, é que acontece a redução dos preços e um controle da inflação, com maior efetividade nas ações estatais. A implementação de políticas sociais pode acontecer nesse sistema econômico, porém, de forma focalizada, isto é, em grupos que sofrem com a vulnerabilidade social.

A competitividade é um dos marcos das políticas neoliberais, que fomentam as relações de poder e impulsionam um modelo econômico que transforma a educação em mercadoria e o aluno como um sujeito que deve competir pelos melhores resultados. A avaliação torna-se um mecanismo de aferição, sob o qual devem ser estabelecidas metas para a melhora da qualidade de ensino.

Santos (2012) aponta que as políticas neoliberais foram implementadas desde os anos 1970, impulsionadas pela crise do petróleo e pelas crises nas indústrias brasileiras, nos anos 1980. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), são implementadas políticas econômicas, como o plano cruzado, e, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-

2002), acontece a adoção do plano real e a abertura da economia brasileira, bem como a materialização das políticas neoliberais no Brasil.

Fleury (2004) aponta que a política social contemplada na Constituição Federal (CF) de 1988, foi o inverso da proposta do governo de FHC, pois, na década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais e a influência do mercado, de forma direta, na formulação das políticas, acontece o que Santos (2012) denomina como mecanismos de controle da inflação, para favorecer as liberdades de mercado e garantir a competitividade.

Tristão (2011), ao analisar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) diz que as políticas governamentais sofreram fortes influências da esquerda, isto é, do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidado em 1980 por influentes pensadores da ala progressista, que protagonizaram a democracia e a consolidação dos direitos sociais na CF de 1988.

Tristão (2011, p. 126) destaca que “as práticas econômicas e a política do primeiro governo Lula não foram só neoliberais, mas, mais intensas no sentido ortodoxo que o governo anterior”. O partido do presidente em exercício saiu em grande desvantagem, quando propôs as reformas sindical e trabalhista, em alianças com partidos do centro e da direita e perdendo fortes aliados, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). As alterações propostas no governo Lula trouxeram grandes dificuldades e contribuíram para que as classes dominantes aceitassem facilmente a eleição de um trabalhador como Presidente da República. Lula passou a promover, em seu governo, as políticas sociais e, ao mesmo tempo, fazer com que o mercado brasileiro se adequasse aos padrões internacionais, de maneira a agradar a ambos os lados (Machado, 2009; Sena; Silva; Silva, 2024).

Paccola e Alves (2018) apontam que a política neodesenvolvimentista foi implementada no governo de Dilma Rousseff. A presidenta divergiu de seu antecessor, que implementou a macroeconomia neoliberal. Certos aspectos foram mantidos e melhorados, pela presidenta em exercício, que estabeleceu metas para o aperfeiçoamento da economia.

A presidenta Dilma (2011-2016) tinha a intenção de reanalisar o tripé da política, a partir de um enfoque desenvolvimentista, pois a ideia era que o Brasil se desenvolveria com a necessária equalização da taxa de juros, do câmbio e dos impostos, visto que estavam impedindo o pleno desenvolvimento econômico do país (Paccola; Alves, 2018). Por meio do golpe ocorrido em 2016, o Brasil volta a se deparar com o que Souza e Hoff (2019)

denominam de retorno do neoliberalismo, pois, com a tomada do poder por Michel Temer (2016 -2017) acontece o retorno das políticas com esse enfoque.

Os autores salientam que importantes atitudes foram tomadas para que o Brasil se adequasse aos padrões internacionais, como é o caso das estratégias de congelamento de gastos públicos, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que foi aprovada pelo Congresso nacional em 15 de dezembro de 2016, como Emenda Constitucional 95.

O governo em exercício determinou um corte nos gastos por 20 anos, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e impedir a implementação das políticas sociais, de maneira que deixaram de funcionar de maneira adequada. O governo Temer propôs adequar o sistema brasileiro aos padrões internacionais, com a adoção de um modelo educacional que atendesse aos ideais do mercado de trabalho.

O governo Bolsonaro, em 2018, seguiu a mesma lógica, pois Collier (2023) aponta que esse governo propôs o corte de gastos, a redução dos salários e a flexibilização das políticas sociais e trabalhistas, ou seja, reduziu, na prática, os efeitos da política social. Bolsonaro pretendeu adequar as políticas nacionais ao mercado internacional, de maneira a diminuir a intervenção estatal e propor a terceirização dos serviços públicos.

As políticas sociais são direitos contemplados pela Lei e implementados por meio de programas ou ações estatais que visam a ofertar e garantir, à população, o acesso a bens e serviços, que são transferidos de maneira a regulamentar, promover e proteger o cidadão. Já a política educacional é, por sua vez, um ramo da política social, e forte elemento de normatização, sob o qual o Estado garante à população o acesso e a permanência na educação.

Nesse sentido, as políticas sociais e as políticas educacionais são meios de o Estado garantir à população o acesso aos serviços públicos de qualidade e aos direitos constitucionais. As políticas neoliberais, por sua vez, pretendem reduzir a intervenção do Estado e a implementação, por sua completude das políticas sociais.

## **A INFLUÊNCIA DO GERENCIALISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Desde os anos 1990, com a implementação da reforma da administração pública, o Estado adota um modelo gerencial de gestão que visa a reproduzir, nos ambientes públicos,

a lógica de uma empresa, atribuindo aos cidadãos o papel de usuário dos serviços (clientes) e de implementador do agente de nível de rua, isto é, o que lida diretamente com o beneficiário. Esses agentes ainda possuem um superior hierárquico que é o gestor da unidade, cuja função é ser “gerente” do espaço (Castro, 2007).

Para garantir o controle efetivo da qualidade educacional, é preciso haver racionalização, eficiência e eficácia, e produzir um modelo de gestão com uma mudança fundamental, que permita associar a educação às exigências econômicas determinadas pelo capital (Nascimento; Albuquerque, 2012).

Nessa perspectiva, o *accountability*<sup>4</sup> caracteriza-se como um movimento que visa caracterizar o gerencialismo presente na escola. Esse processo de descentralização do Estado para os municípios, e estes passam a responsabilidade para as escolas, ou seja, acontece um repasse de responsabilidades entre os entes com o objetivo de criação e fortalecimento dos conselhos escolares, que tem a finalidade de tomada de decisões e fiscalização das ações que são executadas na escola. Todavia, o interesse que a intenção neoliberal traz desse processo está em retirar do Estado o poder de financiar e executar as políticas educacionais, tornando-o um mero avaliador e fiscalizador das instituições.

Observa-se uma tendência gerencial no discurso de descentralização, isto é, torna-se incoerente, no método e na demonstração, a concepção de força centralizadora, uma vez que o Estado responsabiliza-se pela elaboração das políticas em nível macro e da avaliação de atuação das instituições acerca da aplicação delas.

A descentralização, portanto, apresenta-se de maneira tradicional, ou seja, quando o Estado delega suas ações para o setor privado, mas também apresenta a prestação de contas dos serviços da escola a esse setor, abrindo espaços e a adequação do currículo às demandas do mercado, de maneira que a educação venha a ser mercantilizada pelo Estado (Nascimento; Albuquerque, 2012).

Com isso, a escola não é um espaço sem ideologia, mas perpassa diretamente pelas concepções das classes dominantes, de maneira a perpetuar uma estrutura de dominação que deve passar por mudanças estruturais para tornar-se um processo mais democrático e acessível. Como exemplo de gerencialismo e participação, há a eleição direta para os cargos

---

<sup>4</sup> “*Accountability* é uma palavra inglesa para a qual não se encontra tradução literal para o português. No Brasil, tem sido utilizada uma tradução simples, aproximada do sentido original: somente responsabilização; ou prestação de contas; outras vezes, com significado composto, responsabilização e prestação de contas” (Costa, 2020, p. 34).



de diretor escolar e a participação da comunidade nesse processo. O conselho escolar tem papel preponderante na fiscalização desse processo eleitoral.

A ampliação dessa participação é vista, na literatura de Nascimento e Albuquerque (2012), como uma estratégia criada para democratizar mais a escola superando o enfoque de administração centralizadora e autoritária e possibilitando o emprego da gestão democrática, que procura envolver a todos nos processos de decisão, isto é, a participação ativa da comunidade.

Portanto, os pressupostos do gerencialismo estão em adequar a educação, ou a administração pública aos padrões de gerenciamento de empresas, de maneira que se proponham metas e objetivos a serem cumpridos pelas unidades de ensino. Um forte aliado nesse processo é o discurso de descentralização, que faz com que haja mais participação e diminua a intervenção estatal na formulação e implementação das políticas educacionais.

## **O PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA COMO POLÍTICA GERENCIALISTA**

Conforme discutido, a gestão escolar passa a ter papel central na implementação das políticas educacionais, a partir dos anos 1990 e, notadamente, o Ceará vem acompanhando essa progressão, por meio das reformas educacionais e da adoção de mecanismos gerenciais, próprios do mundo corporativo, ao mesmo tempo em que reconhece a educação como um direito universal.

O conceito de gerencialismo refere-se a um processo que aflorou, no Brasil, com o economista Bresser Pereira, quando, no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), foi elaborado o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995), que continha as diretrizes de mudanças básicas. Esse documento aponta para um conflito entre os interesses públicos e os da iniciativa privada incorporando uma superação nos comportamentos perdulários (patrimonialismo) que só poderá acontecer diante de um “novo modelo de gestão, incorporando as formas gerenciais” (Pereira, 1998, p. 8).

Por meio do regime de colaboração entre estado e municípios, proposto pelo Ceará desde o governo de Tasso Jereissati, em 1998, consolidou-se, inicialmente, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), que teve suas origens na experiência do município de Sobral, em 2004 e das iniciativas do Comitê Cearense para Erradicação do Analfabetismo



Escolar (Duarte, 2023b). Com a proposta de realizar seminários, audiências e pesquisas, esse comitê contou com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (UNDIME/CE) e a parceria financeira do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Segundo Duarte, Ribeiro e Cruz (2022), em 2007, com o apoio do governador Cid Gomes, o programa torna-se política educacional estadual, e passa a ter como eixos: “gestão municipal, formação continuada para os professores da Educação Infantil ao 2º ano do Ensino Fundamental, livros de literatura infantil para as salas de aula e materiais didáticos para professores e alunos” (Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015, p. 371).

Em 2011, o programa passa por reformulação e é adotada nova denominação - PAIC+5 - atendendo não mais até o 2º ano, mas, sim, até o 5º ano do Ensino Fundamental I. Em 2015, no governo de Camilo Santana, o programa passa por nova formulação e é denominado Programa de Aprendizagem na Idade Certa, com foco na aprendizagem e não mais na alfabetização, pois os beneficiários atendidos abrangem desde a Educação Infantil, até o 9º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com Duarte (2023a) o programa possui uma vasta organização e tem um eixo voltado a formação de professores, buscando aperfeiçoar e adequar o processo de implementação por meio da descentralização orquestrada. Esse processo acontece visando o cumprimento das metas estabelecidas por meio das avaliações estaduais em larga escala (Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015).

Camarão, Ramos e Albuquerque (2015) salientam que existe um sistema de pressão da equipe gestora sobre os professores para aderirem ao programa. Esse processo de adesão à política do Mais Paic faz com que a política de gestão de resultados obtenha êxito. Um processo de pressão existente é a chamada política de resultados, segundo a qual as escolas devem passar por avaliações externas elaboradas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica em Alfabetização<sup>5</sup> (SPAECE). Os resultados obtidos são determinantes para a avaliação do programa.

---

<sup>5</sup> “Criado em 1992, com o objetivo de fornecer subsídios para a formulação e o monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar um diagnóstico situacional da escola, da gestão e da aprendizagem, esta avaliação é composta por três vertentes: Avaliação do Rendimento Escolar, Avaliação Institucional e Estudos e Pesquisas Educacionais. Tais metas estão focadas no desempenho de alunos e escolas nos resultados internos (aprovação, reprovação, evasão escolar) e externos (em avaliações de larga escala)” (Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015, p. 384).

A utilização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços<sup>6</sup> (ICMS), por meio de rateio, está entrelaçada ao atingimento das metas e dos resultados avaliados pela avaliação externa. Esse processo é chamado de mecanismo de pressão, pois o repasse depende da melhoria nos resultados, ou seja, quanto melhor os resultados, mais dinheiro o município receberá.

Esse processo é feito por meio do Prêmio Escola Nota Dez, que promove uma bonificação às escolas que obtiveram sucesso nos resultados das avaliações externas. Duarte, Passone e Cruz (2023, p.7) apontam que “não basta existir um programa de responsabilização escolar ou de bonificação, mas” que deve haver, segundo Correa (2018, p. 7) “uma visão integrada que busque coordenar as ações entre agentes em diversos níveis institucionais e entes federativos que pode ser um dos fatores decisivos para o sucesso das políticas cearenses”.

Assim, os municípios com os piores resultados recebem parte menor do recurso. Para Brandão (2014, p. 43), “no entanto, o reordenamento legal aponta efeitos positivos sobre a *performance* dos municípios na área da Educação, conseqüentemente, ‘uma competição saudável’”.

Camarão, Ramos e Albuquerque (2015) atestam que as instituições de educação são estimuladas, por meio da política de premiação, a priorizar ações voltadas aos resultados em avaliações externas em larga escala. Na prática, essas premiações ajudam a fomentar a divisão, nas instituições, pois, ao mesmo tempo em que motivam as escolas vencedoras, punem e excluem as que não atingiram resultados. Seria importante que as premiações fossem voltadas às escolas que não conseguiram atingir os resultados, de maneira que pudessem se reorganizar e elaborar estratégias para atingir os resultados.

Maia e Ramos (2015, p.14, *apud* Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015, p.19) atestam que o Ceará tem buscado melhorar os indicadores por meio de premiações e incentivos às escolas, para obterem bons resultados nas avaliações externas. “E em particular quando o governo, por um lado, busca apresentar, através dos resultados, a imagem de que sua política educacional está melhorando a qualidade da educação de forma mais ampla, pois

---

<sup>6</sup> “Estabelece regras para a distribuição da cota-parte do ICMS em função dos seguintes resultados: -18% na educação, sendo: • 12% baseados na avaliação de alfabetização dos alunos da 2ª série do EF; • 6% baseados no índice de qualidade educacional dos alunos da 5ª série do EF; - 5% em função dos resultados na saúde; - 2% em função dos resultados no meio ambiente” (Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015, p. 384).

utiliza o Spaece como referência”. Os autores ainda atestam que esse processo causa desunião na rede de ensino, pois incentiva as unidades escolares por meio de um processo de responsabilização.

## **O CARIRI CEARENSE**

O Cariri fica localizado na região sul do Ceará e tem 28 municípios que o compõe. Segundo dados do IBGE (2024) esse território tem 1.080.326 habitantes e conta com área territorial de 17.390,30 km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do território é de 0,593 (Ipece, 2013).

Trata-se de um território muito rico e diversificado culturalmente. Mesmo sendo um território com alta taxa de vulnerabilidade social por conta das questões que envolve o clima semiárido, Duarte (2023b) destaca que a falta de água no território é um dos problemas que afeta a população local, além da infraestrutura e da remuneração não adequada que são fatores importantes e que estão alinhados as questões sociais e auxiliam na geração de desigualdades.

A região do Cariri é caracterizado como um território rural e semiárido e que segundo o Batista, Moura e Alves (2020) tem taxas de vulnerabilidade social que são evidenciadas em questões como a educação, mas que ao mesmo tempo são superadas por meio da implementação de políticas que visam garantir à equidade educacional.

## **METODOLOGIA**

Para realizar a investigação, foi feito um trabalho descritivo com abordagem quantitativa que, segundo Duarte (2023a), diz respeito ao processo de quantificação dos dados de uma pesquisa. Também, foi realizada uma fundamentação teórica bibliográfica inspirada em teóricos marxianos. A pesquisa quantitativa em educação é apresentada por Pereira e Ortigão (2016) como de difícil aplicabilidade na área, pois seu método exige do pesquisador conhecimentos matemáticos que, muitas vezes, não fazem parte da formação dos pesquisadores dos Programas de Pós-graduação em Educação.

O ambiente da pesquisa é o estado do Ceará, cuja justificção da escolha se encontra na revisão da estrutura do funcionamento do sistema educativo, no âmbito da concretização

de uma reforma administrativa de cunho gerencial, que visa delimitar o papel regulador, a capacidade de administração, de financiamento e a política. Este estudo está centrado em três municípios do Cariri Cearense - Salitre, Santana do Cariri e Penaforte - selecionados seguindo critérios de vulnerabilidade social e equidade, com base nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2019 e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), levantamento de 2015.

Foi apresentado, para os professores<sup>7</sup> desses municípios, um questionário com 32 questões fechadas e 7 abertas. Neste trabalho, foi utilizada, para análise, um recorte desse questionário que diz respeito à frequência de utilização dos documentos do Mais Paic para o estabelecimento de metas e objetivos a serem atingidos pelos professores em suas aulas. A proposta foi verificar, com base nas respostas obtidas, qual é o nível de adesão desses professores à utilização dos documentos e materiais norteadores para elaborar estratégias (Duarte, 2023b).

Esses documentos e materiais foram previamente selecionados pelos pesquisadores no site do programa, desde que relacionados diretamente com a prática pedagógica, e utilizados para subsidiar o planejamento, bem como são materiais utilizados na formação.

Os dados foram considerados seguindo a análise estatístico-descritiva de Reis e Reis (2002), que apontam como um processo inicial de coleta, ou seja, por meio da quantificação e descrição dos dados, foi possível realizar porcentagens, índices e definir as variáveis, de maneira a identificar as anomalias e proporcionar uma interpretação clara dos resultados.

Também foi empregada uma análise interpretativa (Minayo, 2012) nos resultados quantitativos, de maneira a possibilitar uma interrelação entre os dados e a literatura. A proposta desse tipo de análise está em considerar que nenhuma pesquisa é a resposta final para um determinado fenômeno, de maneira a considerá-lo como algo inacabado.

---

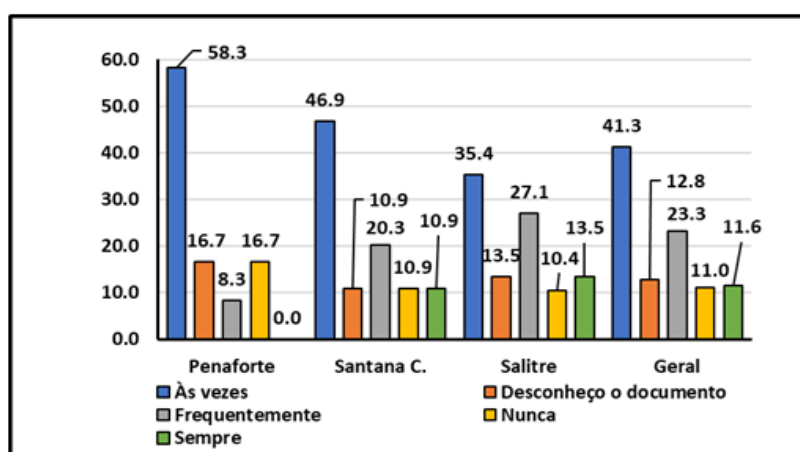
<sup>7</sup> Este trabalho é um recorte da dissertação de Mestrado: A implementação do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) no Cariri cearense, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo no ano de 2023. Este artigo está inserido no âmbito da pesquisa: Implementação de Políticas Educacionais e Desigualdades Frente a Contextos de Pandemia pelo Covid-19, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Processo 2021/08719-0, coordenado pela Profa. Dra. Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz. Essa pesquisa agrega um conjunto de pesquisadores de várias instituições nacionais e internacionais, vários deles da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (Reippe). As opiniões, hipóteses e conclusões, ou recomendações, expressas neste material, são de responsabilidade do autor e não necessariamente reflete a visão da Fapesp. Este artigo contou com o apoio financeiro do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), código de financiamento 001, a qual agradecemos o apoio.

## ANÁLISES E RESULTADOS

Nesta seção, é realizada a discussão dos resultados quantitativos, tendo por base a frequência de utilização dos documentos para elaboração das estratégias a serem utilizadas em sala de aula. Esses resultados são um recorte de uma dissertação de mestrado defendido no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Cidade de São Paulo e é fruto de um questionário aplicado a 209 professores da rede municipal de três municípios do Cariri/CE. O questionário contava com seis eixos e 32 questões fechadas e 7 abertas. Neste trabalho, é utilizado o eixo: “Entendimento do Programa Aprendizagem na Idade Certa” (Duarte, 2023c).

A frequência de utilização das Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará (OCPC) é apresentada no Gráfico 1. Dentre os docentes do município de Penaforte: 58,3% declararam que utilizam o documento às vezes; 16,7% que o desconhecem; 8,3% que o utiliza frequentemente; e 16,7 % que nunca utilizaram o documento. Em Salitre, 35,4% professores atestaram utilizar, às vezes, o documento; 13,5%, o desconhecem; 27,1% o utilizam frequentemente; 10,4%, nunca o utilizaram; e 13,5% sempre o utilizam. Já em Santana do Cariri, 46,9% professores utilizam, às vezes, o documento; 10,9% o desconhecem; 20,3% o utilizam frequentemente; 10,9% nunca o utilizaram; e 10,9% sempre o utilizam.

**Gráfico 1**– Frequência de utilização da OCPC



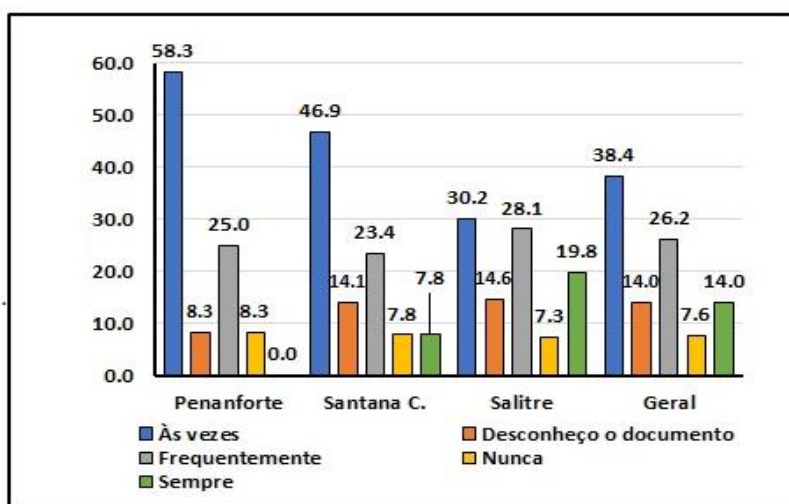
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conclui-se que: 41,3% professores utilizam, às vezes, o OCPC; 12,8% o desconhecem; 23,3% o utilizam frequentemente; 11% nunca o utilizaram; e 11,6% sempre utilizam o documento. 86,2% dos professores utilizam o documento com frequência variada e pode ser

um indicador dos resultados educacionais obtidos nos territórios de vulnerabilidade do Cariri. Esses dados giram em torno da ideia de que, quando não há conhecimento sobre determinado aspecto, abre-se espaço para a discricionariedade do implementador, pois, quanto mais conhecimento o agente tem dos documentos orientadores, melhora sua adesão às diretrizes do programa. Estudos qualitativos precisam ser feitos para compreender a utilização ou a falta de conhecimento e seus efeitos sobre os resultados educacionais, diante da vulnerabilidade social em que as três realidades estão inseridas. Penaforte é o município com maior equidade e menor situação de vulnerabilidade social. No entanto, é o município que menos aderiu às OCPCs.

A frequência de utilização da Plano Curricular Prioritário (PCP) consta do Gráfico 2. No município de Penaforte, 58,3% dos professores utilizam, às vezes, o documento; 8,3% o desconhecem; 25% o utilizam frequentemente; e 8,3% nunca o utiliza. Já no município de Salitre, 30,2% professores utilizam, às vezes, o documento; 14,6% o desconhecem; 28,1% o utilizam frequentemente; 7,3% nunca o utilizaram; e 19,8% sempre utilizam o documento. No município de Santana do Cariri, 46,9% professores utilizam, às vezes, o documento; 14,1% o desconhecem; 23,4% o utilizam frequentemente; 7,8% nunca o utilizaram; e 7,8% sempre utilizam o documento. No município de Santana do Cariri, 46,9% professores utilizam, às vezes, o documento; 14,1% o desconhecem; 23,4% o utilizam frequentemente; 7,8% nunca o utilizaram; e 7,8% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 2 - Frequência de utilização do PCP**



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese da utilização do PCP dos três municípios indica que: 38,4% professores utilizam, às vezes, o PCP; 14% o desconhecem; 26,2% o utilizam frequentemente; 7,6% nunca o utilizaram; e 14% sempre utilizam o documento. Nota-se que um alto percentual dos docentes

(78,4%) utiliza o material com frequências variadas. Pesquisas futuras podem indicar os motivos de desconhecimento ou não utilização do material, por 21,6% dos professores.

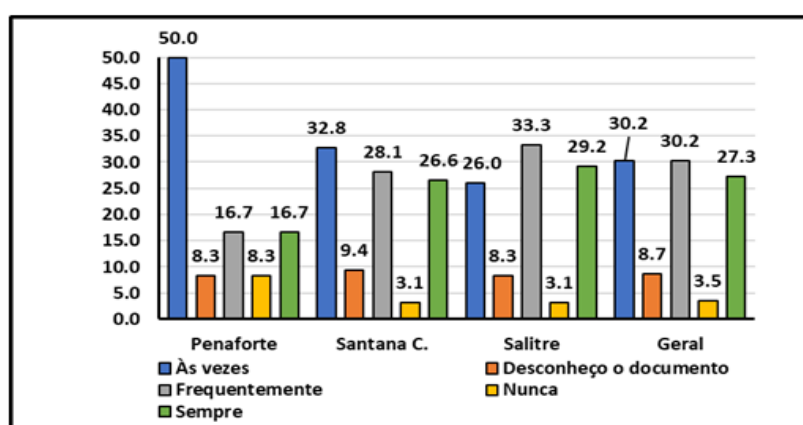
Pode-se levantar questionamentos de que essa falta de conhecimento e adesão, por parte dessa amostra, nos leva a perguntar: O que está sendo feito, por esses agentes, para implementar a política? Se as normativas do Programa são desconhecidas e os documentos não são considerados na elaboração das aulas, quais são os recursos utilizados por eles? Entre a elaboração de materiais e sua utilização, é necessário um tempo para a assimilação pelos profissionais?

Com relação à frequência de utilização do Documento Curricular Referencial do Ceará, no município de Penaforte, (50%) professores utilizam, às vezes, o documento; 8,3% o desconhecem; 16,7% o utilizam frequentemente; 8,3% nunca o utilizou; e 16,7% sempre utilizam o documento.

Já no município de Salitre, 26% professores utilizam, às vezes, o documento; 8,3% o desconhecem; 33,3% o utilizam frequentemente; 3,1% nunca o utilizaram; e 29,2% sempre utilizam o documento.

No município de Santana do Cariri, 32,8% professores utilizam, às vezes, o documento; 9,4% o desconhecem; 28,1% o utilizam frequentemente; 3,1% nunca o utilizaram; e 26,6% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 3** - Frequência de utilização da DCRC



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese da percepção dos professores dos três municípios indica que: 30,2% utilizam, às vezes, o DCRC; 8,7% o desconhecem; 30,2% o utilizam frequentemente; 3,5% nunca o utilizaram; e 27,3% sempre utilizam o documento. Os dados apontam para 87,7% dos



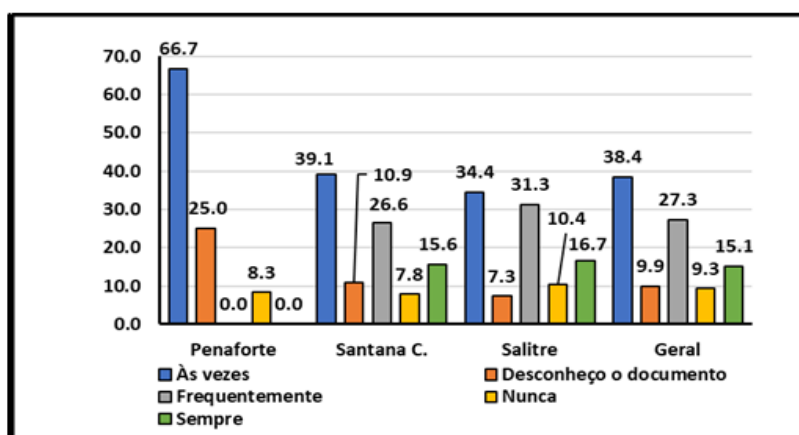
docentes utilizando o material com frequências variadas, mostrando alta adesão aos materiais orientadores produzidos pela Seduc.

Com relação à frequência de utilização do documento “Regime de Colaboração para a Garantia do Direito à Aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará”, no município de Penaforte, 66,7% professores utilizam, às vezes, o documento; 25% o desconhecem; e 8,3% nunca utilizou o documento.

Já no município de Salitre, 34,4% professores utilizam, às vezes, o documento; 7,3% o desconhecem; 31,3% o utilizam frequentemente; 10,4% nunca o utilizaram; e 16,7% sempre utilizam o documento.

No município de Santana do Cariri, 39,1% professores utilizam, às vezes, o documento; 10,9% o desconhecem; 31,3% o utilizam frequentemente; 10,4% nunca o utilizaram; e 16,7% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 4** – Frequência de utilização do documento Regime de Colaboração para a Garantia do Direito à Aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

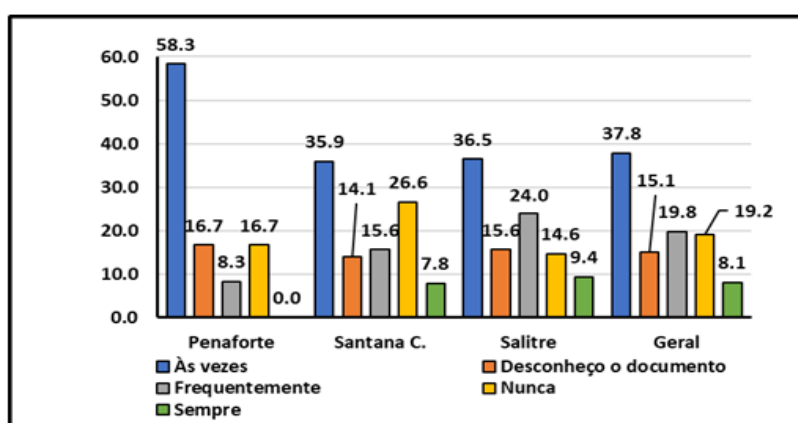
A síntese da percepção dos professores dos três municípios indica que 38,4% docentes utilizam, às vezes, o documento; 19,9% o desconhecem; 27,3% o utilizam frequentemente; 9,3% nunca o utilizaram; e 15,1% sempre utilizam o documento. Assim, 80,8% dos docentes responderam utilizá-lo, mas com frequência variada, o que aponta para a adesão a esse material. Um questionamento que surge, diante dos dados é: em qual situação esses professores utilizam esse documento, tendo em vista que não interfere em nada na rotina em sala de aula?

No Gráfico 5, apresenta-se a frequência de utilização do documento “Guia de Possibilidades de Organização Pedagógica no Período Remoto/Híbrido”. No município de Penaforte, 58,3% professores utilizam, às vezes, o documento; 16,7% desconhecem; 8,3% o utilizam frequentemente; e 16,7% nunca o utilizaram.

Já no município de Salitre, 36,5% professores utilizam, às vezes, o documento; 15,6% o desconhecem; 24% o utilizam frequentemente; 14,6% nunca o utilizaram; e 9,4% sempre utilizam o documento.

No município de Santana do Cariri, 35,9% professores utilizam, às vezes, o documento; 14,1% o desconhecem; 15,6% o utilizam frequentemente; 26,6% nunca o utilizaram; e 7,8% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 5** – Frequência de utilização do documento “Guia de Possibilidades de Organização Pedagógica no Período Remoto/Híbrido”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese da percepção dos professores dos três municípios indica que: 37,8% utilizam, às vezes, o documento; 15,1% o desconhecem; 19,8% o utilizam frequentemente; 19,2% nunca o utilizaram; e 8,1% sempre utilizam o documento. Dessa forma, 65,7% fazem uso desse Guia, indicando alta adesão ao material.

Destaca-se que o documento é desconhecido pela maior parte dos docentes - 15,1% e 19,2%, nunca utilizaram o documento. Esse resultado é natural, pois a falta de conhecimento do material faz com que esses docentes não o utilizem. Estudos mais detalhados precisam ser feitos para considerar tais aspectos.

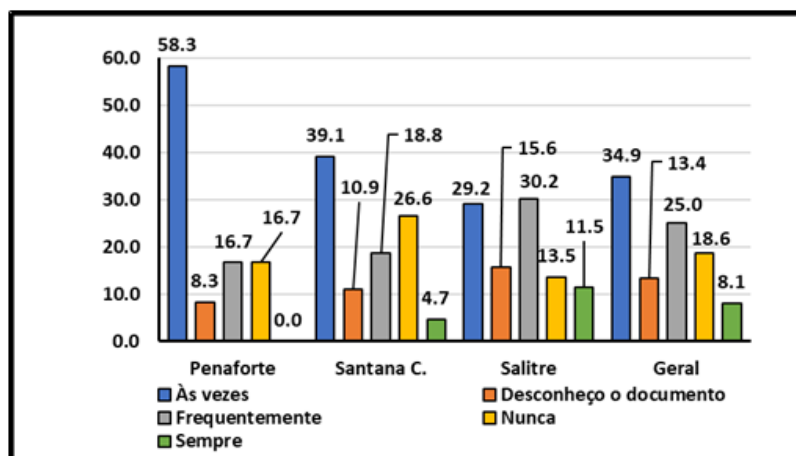
A frequência de utilização do “Guia de Orientações para Implementação do Ensino Híbrido e do Retorno Presencial” está apresentada no Gráfico 6. No município de Penaforte,

58,3% professores utilizam, às vezes, o documento; 8,3% o desconhecem; 16,7% o utilizam frequentemente; e 16,7% nunca o utilizaram.

Já no município de Salitre, 29,2% professores utilizam, às vezes, o documento; 15,6% o desconhecem; 30,2% o utilizam frequentemente; 13,5% nunca o utilizaram; e 11,5% sempre utilizam o documento.

No município de Santana do Cariri, 39,1% professores utilizam, às vezes, o documento; 10,9% o desconhecem; 18,8% o utilizam frequentemente; 26,6% nunca o utilizaram; e 4,7% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 6** – Frequência de utilização do documento “Guia de Orientações para Implementação do Ensino Híbrido e do Retorno Presencial”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

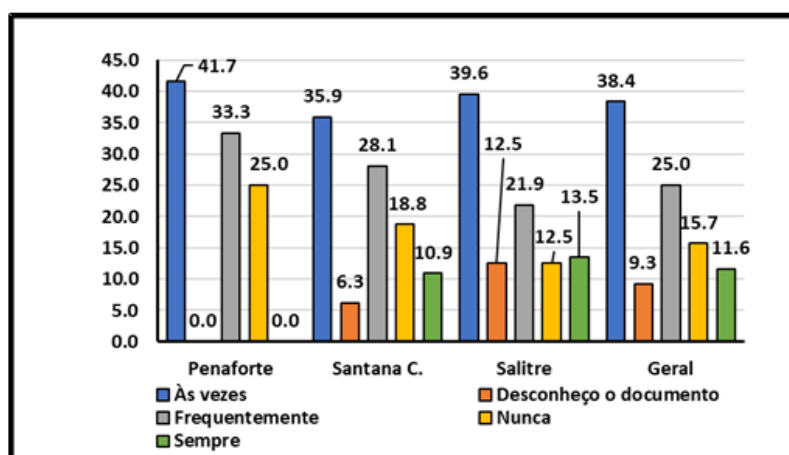
A síntese das respostas dos professores dos três municípios indica que 34,9% utilizam, às vezes, o documento; 13,4% o desconhecem; 25% o utilizam frequentemente; 18,6% nunca o utilizaram; e 8,1% sempre utilizam o documento. Dessa forma, constatou-se que 68% dos docentes utilizam esse Guia, mas com frequência diferenciada. Destaca-se, ainda, que 13,4% dos professores desconhecem o documento. Assim, levanta-se a questão de que a não utilização e o desconhecimento (13,4%) podem estar atrelados.

No Gráfico 7, apresenta-se a frequência de utilização do Mapa dos Resultados do Spaece (2019). Em Penaforte, 41,7% professores utilizam, às vezes, o documento; 33,3% o utilizam frequentemente; e 25% nunca o utilizaram.

Já em Salitre, 39,6% professores utilizam, às vezes, o documento; 12,5% o desconhecem; 21,9% o utilizam frequentemente; 12,5% nunca o utilizaram; e 13,5% sempre utilizam o documento.

No município de Santana do Cariri, 35,9% professores utilizam, às vezes, o documento; 6,3% o desconhecem; 28,1% o utilizam frequentemente; 18,8% nunca o utilizaram; e 10,9% sempre utilizam o documento.

**Gráfico 7** – Mapa dos resultados do Spaeco (2019)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese da percepção dos professores dos três municípios indica que 38,4% utilizam, às vezes, o documento; 9,3% o desconhecem; 25% o utilizam frequentemente; 15,7% nunca o utilizaram; e 11,6% sempre utilizam o documento. Esse material é utilizado com frequência variada por 75% dos docentes.

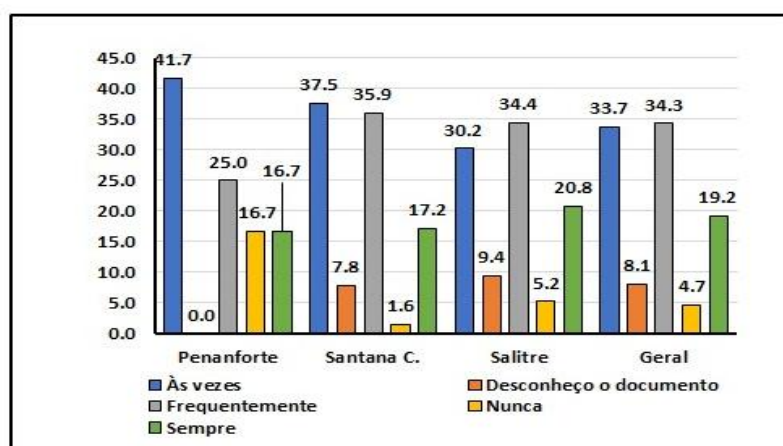
Com base no eixo conhecimento desse documento, pode-se relacionar que 25% professores atestaram não conhecer, ou não utilizar, o documento. A não utilização pode ter sido afetada pelo desconhecimento do documento.

A frequência de utilização dos “Cadernos de Práticas Pedagógicas do Programa Mais Paic” está apresentada no Gráfico 8. No município de Penaforte, 41,7% professores utilizam, às vezes, o material; 25% o utilizam frequentemente; 16,7% nunca o utilizaram; e 16,7% dos professores o utilizam sempre.

Já no município de Salitre, 30,2% professores utilizam, às vezes, o material; 9,4% o desconhecem; 34,4% o utilizam frequentemente; 5,2% nunca o utilizaram; e 20,8% sempre utilizam o material.

No município de Santana do Cariri, 37,5% professores utilizam, às vezes, o material; 7,8% o desconhecem; 35,9% o utilizam frequentemente; 5,2% nunca o utilizaram; e 20,8% sempre utilizam o material.

**Gráfico 8** – Frequência de utilização dos “Cadernos de Práticas Pedagógicas do Programa Mais Paic”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese desta questão respondida nos três municípios aponta que 33,7% professores utilizam, às vezes, o material; 8,1% o desconhecem; 34,3% o utilizam frequentemente; 4,7% nunca o utilizaram; e 19,2% sempre utilizam o material. Os Cadernos são utilizados por 87,2% dos docentes.

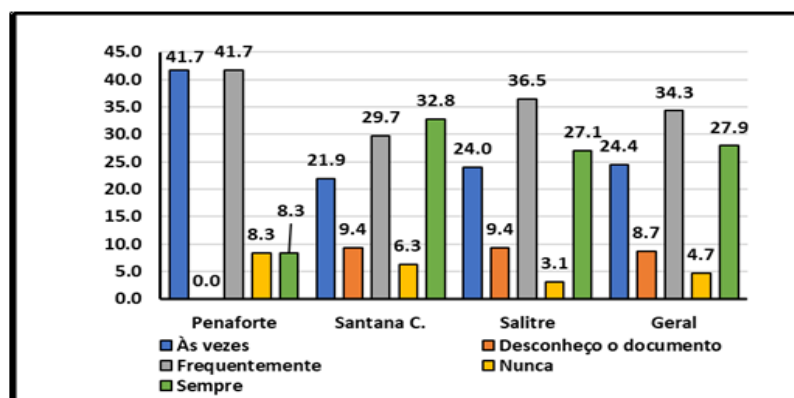
Destaca-se que 8,1% atestaram desconhecer o material e 4,7% nunca utilizaram o documento. Esses números são relativamente baixos. No entanto, por vezes, essa não utilização pode estar relacionada ao desconhecimento do documento, ou material, conforme mencionado; assim, estudos com esse propósito são necessários para a verificação desses processos.

Com relação à frequência de utilização dos “Cadernos Voando mais Alto - Anos Iniciais”, apresentada no Gráfico 9, no município de Penaforte, 41,7% professores utilizam, às vezes, o material; 25,0% o utilizam frequentemente; 8,3% nunca o utilizaram; e um(a) 8,3% o utilizam sempre.

Já no município de Salitre, 24% professores utilizam, às vezes, o material; 9,4% o desconhecem; 36,5% o utilizam frequentemente; 3,1% nunca o utilizaram; e 27,1% sempre utilizam o material.

No município de Santana do Cariri, 21,9% professores utilizam, às vezes, o material; 9,4% o desconhecem; 29,7% o utilizam frequentemente; 6,3% nunca o utilizaram; e 32,8% sempre utilizam o material.

**Gráfico 9** – Frequência de utilização dos “Cadernos Voando mais Alto - Anos Iniciais”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

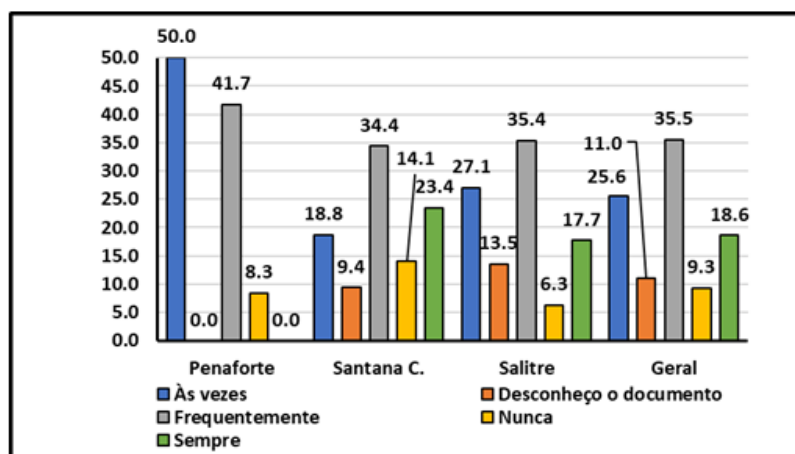
A síntese da utilização desse material, pelos professores dos três municípios, apontou que 24,4% utilizam, às vezes, o material; 8,7% o desconhecem; 34,3% o utilizam frequentemente; 4,7% nunca o utilizaram; e 27,9% sempre utilizam o material. A frequência varia, mas 86,6% docentes utilizam esse documento. Observa-se, seguindo a mesma lógica dos materiais anteriores, que 13,4% professores não conhecem ou não utilizam o material. Conforme já mencionado, a não utilização pode ser decorrente da falta de conhecimento do documento.

Com relação à frequência de utilização dos “Cadernos Fortalecendo Aprendizagens”, apresentada no Gráfico 10, no município de Penaforte, 50% professores utilizam, às vezes, o material; 41,7% o utilizam frequentemente; e 8,3% nunca o utiliza.

Já no município de Salitre, 27,1% professores utilizam, às vezes, o documento; 13,5% o desconhecem; 35,4% o utilizam frequentemente; 6,3% nunca o utilizaram; e 17,7% sempre utilizam o material.

No município de Santana do Cariri, 18,8% professores utilizam, às vezes, o material; 9,4% o desconhecem; 34,4% o utilizam frequentemente; 14,1% nunca o utilizaram; e 23,4% sempre utilizam o material.

**Gráfico 10** - Frequência de utilização dos “Cadernos Fortalecendo Aprendizagens”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

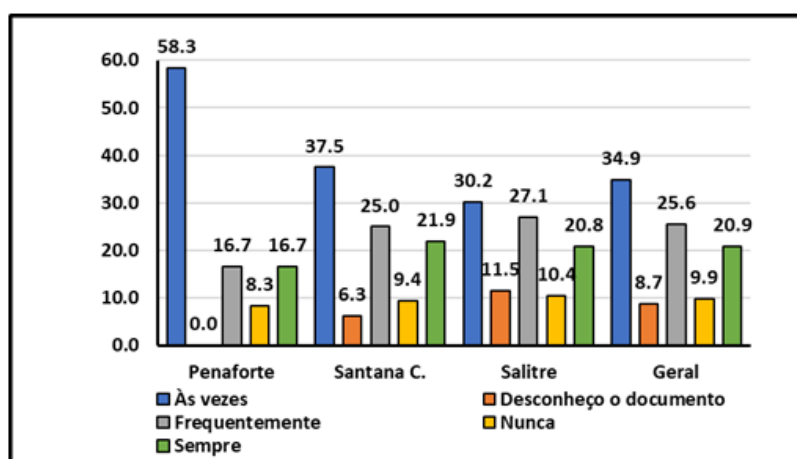
A síntese da percepção dos professores dos três municípios sobre a utilização desses Cadernos apontou que 25,6% utilizam, às vezes, o material; 11% o desconhecem; 35,5% o utilizam frequentemente; 9,3% nunca o utilizaram; e 18,6%, sempre utilizam o material. Observou-se que 79,7% docentes utilizam o documento, com frequências diferenciadas, e 20,3% não o conhecem ou não o utilizam.

A frequência de utilização do “Material Educacional Seduc/Nova Escola – 2021” consta do Gráfico 11. No município de Penaforte, 58,3% professores utilizam, às vezes, o material; 16,7% o utilizam frequentemente; 8,3% nunca o utiliza; e 16,7% sempre utilizam o material.

Já no município de Salitre, 30,2% professores utilizam, às vezes, o documento; 11,5% o desconhecem; 27,1% o utilizam frequentemente; 10,4% nunca o utilizaram; e 20,8% sempre utilizam o material.

No município de Santana do Cariri, 37,5% professores utilizam, às vezes, o material; 6,3% o desconhecem; 25% o utilizam frequentemente; 9,4% nunca o utilizaram; e 21,9% sempre utilizam o material.



**Gráfico 11** - Frequência de utilização do “Material Educacional Seduc/Nova Escola – 2021”

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A síntese da percepção dos professores dos três municípios sobre a utilização do Material Educacional Seduc/Nova Escola apontou que 34,9% utilizam, às vezes, o material; 8,7% o desconhecem; 25,6% o utilizam frequentemente; 9,9% nunca o utilizaram; e 20,9% sempre utilizam o material. Desta forma, observa-se que 81,4% utilizam esse material e 18,6% não o conhecem ou não o utilizam.

Com base na literatura de Bonamino *et al.* (2019, p. 205), o Ceará, por meio de “estratégias, têm sido capaz de garantir a adesão sustentada de 100% dos municípios, mesmo o Paic tendo passado por dois processos eleitorais desde a sua criação”.<sup>8</sup> O material orientador é uma das estratégias utilizadas, segundo Cruz; Farah e Ribeiro (2020).

Estratégias têm sido utilizadas pelo estado e pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) para garantir aos municípios boa adesão. Observa-se, nos dados, que os professores aderem aos objetivos e conhecem os documentos, o que pode ser um bom sinal de implementação do Programa e dos seus resultados educacionais nos três municípios do Cariri. No entanto, novos estudos qualitativos se fazem necessários para verificar as razões de não adesão e conhecimento dos materiais orientadores por alguns professores.

Verifica-se, no referencial adotado, que as políticas gerencialistas costumam influenciar no processo de adesão, visto que, por meio desse processo, o Estado exerce uma pressão nos municípios que, por sua vez, pressionam os professores a cumprirem metas e os

<sup>8</sup> De 2007 a 2023, o Paic/Mais Paic passou por quatro processos eleitorais.

objetivos do programa, e a aderir à utilização de documentos norteadores (Camarão; Ramos; Albuquerque, 2015).

Segundo os autores, as políticas de incentivo também foram implementadas nos EUA, em decorrência da baixa nos resultados e foram feitas reformas educacionais com o intuito de promover o aumento dos indicadores. Os professores, portanto, tornam-se alvos de fortes pressões de órgãos internacionais, nacionais e regionais, para que atendem às diretrizes do programa e atinjam as metas estabelecidas.

Segatto e Abrúcio (2017) destacam que, no modelo gerencialista, o *accountability* diz respeito à última etapa na condução avaliativa de desempenho, promovendo o emprego das metas e dos indicadores a serem atingidos e que podem ser vistos como mecanismos de contratualização, cobrança, premiação ou punição.

O estudo traz que 55,2% dos professores do Cariri, em 2022, estavam em regime de contrato temporário, o que, segundo Antunes (2020), diz respeito a um trabalho que se torna cada vez mais flexível às demandas do mercado e desprovido dos direitos trabalhistas. Para o autor, o mesmo não ocorre quando o profissional é efetivo em seu cargo, tendo em vista que a ele estão garantidos, por lei, a estabilidade e os direitos trabalhistas. Lima; Ribeiro; Sousa; e Segundo (2020) atestam que a precarização do trabalho docente acontece por meio de um processo de subempregos, em que estão incluídos os profissionais contratados por meio desse regime citado.

Com base em Antunes (2020) e em Lima *et al.* (2020) os professores contratados sofrem mais pressão do que os profissionais efetivos. Nascimento e Albuquerque (2012) também apontam que os profissionais em regime de contrato temporário sofrem com pressão maior do que os efetivos, pois não tem garantida a estabilidade do cargo, e, muitas vezes, tem que “mostrar serviço” para garantir o próprio emprego. Sendo assim, levanta-se o seguinte questionamento: Será que esses dados apontados na adesão podem estar relacionados a esse aspecto da precarização? Os professores contratados temporariamente costumam aderir mais do que os efetivos, devido às pressões por resultados para garantir o emprego?

Almeida; Stelzenberger; e Gonçalves (2012) também apontam que o modelo de gestão por resultados também exerce pressão nos colaboradores, de maneira que não há preocupação com a educação humanizadora, crítica e emancipatória, mas com os resultados,

que devem ser projetados com base nos objetivos e nas propostas do programa, o que exige do docente uma adesão coerente aos objetivos.

Outras hipóteses levantadas sugerem que os professores, que não conhecem os documentos e não aderem, podem utilizar outras formas de conhecimento para implementar o programa, o que dá abertura à ação discricionária. É preciso entender se essas ações prejudicam ou contribuem com os resultados da implementação, e, para confirmação, elaborar entrevistas com esses professores, para verificar tais apontamentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa apresentada teve por objetivo analisar a adesão ao Programa Mais Paic, por parte dos professores do Ensino Fundamental I de três municípios do Cariri cearense, por meio de documentos e/ou materiais norteadores. Ainda teve a intenção de fazer uma discussão sobre a influência de ideais neoliberais e gerenciais no programa.

Identificou-se por meio dos resultados quantitativos, que os professores estão buscando aderir às metas e aos objetivos do programa, bem como estão utilizando os documentos para adequar seu planejamento e estabelecer metas e estratégias em sala para superar as dificuldades educacionais.

O documento que teve maior frequência de utilização diária foi o DCRC, 87,7% o utilizam sempre, ou seja, esse documento diz respeito às habilidades e competências a serem trabalhadas diariamente em sala. É um documento fundamental para o planejamento docente, de maneira que esteja em estreita ligação com os objetivos e diretrizes do programa. Sua alta frequência de utilização indica adesão as habilidades e diretrizes propostas do programa, mas estudos qualitativos são necessários para entender as razões pelas quais alguns professores desconhecem ou não utilizam o documento.

Percebe-se a forte influência, no programa, de ideais neoliberalistas e gerencialistas, pois busca sempre atender a resultados baseado nos padrões internacionais. Acredita-se que a efetivação da política não poderia acontecer sem o regime de colaboração celebrado entre o estado cearense e os municípios, que buscam aderir às diretrizes do programa por meio de orientações e reestruturações mediadas pelas Credes, que fazem a intermediação entre os municípios e o estado.

O que foi possível verificar é que a política do Mais Paic vem apostando, desde 2007, em um modelo de gestão dos resultados que gera responsabilização da escola e dos municípios pelo não cumprimento de metas que são aferidas em avaliações externas pelo Spaece.

Portanto, os mecanismos de responsabilização são moldados por um sistema de ensino que é configurado para dar respostas às necessidades de controle dos processos e para atender à demanda do mercado, o que foi fundamental para implementar uma política gerencialista, com o dever de garantir resultados que, muitas vezes, podem não ser coerentes com a realidade.

Ressaltamos que a pesquisa foi uma tentativa de reflexão sobre a implementação de uma política educacional cearense, verificando, por meio da frequência de utilização dos documentos, a adesão, dos professores, ao programa. Observou-se que a adesão ocorre, conforme mostram os dados. Estudos precisam ser feitos para entender por que os professores que mais aderem ao programa são os contratados, e essa questão tende ser forte influência por conta da precarização do trabalho e dos resultados estarem atrelados as fortes pressões exercidas, pelos agentes de nível médio, nos agentes de nível de rua, que por serem contratados poderiam estar suscetíveis a quebra de contrato caso se oponha a aderir a política. Sendo assim, o fato de conhecer e aderir às diretrizes do programa seria apenas para que a escola possa ter bons resultados e obter? Deixamos questionamentos importantes para que futuras investidas possam ser lançadas na descoberta de tais questionamentos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Nóbrega de; STELZENBERGER, Liliane; GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro. O modelo gerencialista e a prática docente. **Faculdade Cearense**, v. 6, n. 2, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEVEDO, Janete Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BATISTA, Maria Larissa Bezerra; MOURA, José Ediglê Alcantara; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Vulnerabilidade socioeconômica no semiárido Cearense: um estudo a partir das mesorregiões do estado. **Desenvolvimento Reginal em Debate**, Canoinhas, v. 10, 2020.

BONAMINO, Alicia. et al. Arranjo institucional de implementação do Paic e burocratas de médio escalão. In. LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019, p. 193-223.

BRANDÃO, Julia Barbosa. **O rateio de ICMS por desempenho de municípios no Ceará e seu impacto em indicadores do sistema de avaliação da educação**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola Bras. de Adm. Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. **Ideb – resultados e metas**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CAMARÃO, Virna do Carmo; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; ALBUQUERQUE, Francisco Carlos Araújo. Política da gestão por resultados na educação cearense (1995-2014). **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, jul./dez. 2015.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In, CABRAL NETO, Antonio. et al (orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília:DF, Líber Livro Editora, 2007. p.115-144.

CEARÁ. Mais Paic: história do programa aprendizagem na idade certa – mais paic. **Site institucional Seduc-CE**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic/#:~:text=%C3%89%20um%20programa%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o,segundo%20ano%20do%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 19 set. de 2023.

COLLIER, Luciana Santos. Educação Física escolar pós pandemia e governo Bolsonaro: desafios e perspectivas. **Rev Bras Ciênc Esporte**, nº 45: e20230010, 2023.

COSTA, Anderson Gonçalves. A política educacional cearense no (des)compasso da accountability. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Fortaleza, 2020.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; FARAH, Marta Santos; RIBEIRO, Vanda. Mendes. Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do programa aprendizagem na idade certa (mais PAIC). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1286-1311, set./dez. 2020.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves. A abordagem quantitativa nos estudos sobre políticas educacionais no Brasil. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 97 - 117, 27 fev. 2023a.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves. A implementação de uma política educacional no contexto da pandemia da Covid-19: o Programa Aprendizagem na Idade Certa no Cariri cearense. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 23, p. 259-280, 17 jun. 2023b.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves. **A implementação do programa aprendizagem na idade certa – mais paic no Cariri cearense**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo, 304 f, 2023c.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; PASSONE, Eric; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. O que dizem os estudos brasileiros sobre o Paic e o Mais Paic. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; RIBEIRO, Vanda Mendes; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. O programa de aprendizagem na idade certa do Ceará: uma visão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 3282-3289, jan. 2022.

FLEURY, Silvia. **Seguridade social**. Inesc, p. 110-119, 2004.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, abr. 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ceará: Cariri**, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em: 09 dez. 2024.

IPECE. **Análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios cearenses nos anos de 1991, 2000 e 2010**. Índice de desenvolvimento humano. Anuário de estatística. 2013.

IPECE. **Índice de vulnerabilidade social dos municípios cearenses: critérios para a distribuição de recursos do proares III**. Nota técnica. Org. Jimmy Lima de Oliveira; Paulo Araújo Pontes; Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, N° 58 – Maio / 2015.

LIMA; Natasha Alves Correia; RIBEIRO, Felipe Falcão; SOUSA, Nágela da Silva; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. A precarização do trabalho docente na rede municipal de ensino de Fortaleza, em tempos de pandemia covid-19. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, [S.l.], n. 14, dezembro de 2020.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, 2009.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. As políticas educacionais e a formação continuada do professor. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.31, p.127-141, set. 2008.

MINAYO, Maria Cecilia. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, mar. 2012, p.621-626.

NASCIMENTO, Jean Lopes Ordéas; ALBUQUERQUE, Francisco Carlos Araújo. A reforma do estado e novos mecanismos de gestão educacional. Fórum Internacional De Pedagogia, Parnaíba (PI), 2012. **Anais [...]**.



OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (orgs.). **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora PUC, 2010. p. 93-99.

PACCOLA, Marco; ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **Plural** - Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25.2, 2018, p. 269-281.

PEREIRA, Guilherme.; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Revista Periferia**, [S.l.] v. 8 n.1 jan./jun. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, n. 45, 1998.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise descritiva de dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SEGATTO, Catarina; ABRUCIO, Fernando. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 68, n. 1, p. 85-106, 2017.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza; SILVA, Fabio Dantas de Souza; SILVA, Welington Araújo. A educação brasileira sitiada: as reformas neoliberais e seus objetivos para a formação da classe trabalhadora. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 28, n. 58, p. 1-30, 2024.

SOUZA, Mariana Barbosa; HOFF, Tuize Silva Rovere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **Urbe** - Revista Brasileira de Gestão Urbana, n. 11, 2019.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011.

#### HISTÓRICO

*Submetido:* 01 de out. de 2023.

*Aprovado:* 16 de nov. de 2024.

*Publicado:* 03 de Jan. de 2025.

#### COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

DUARTE, R. G.; PASSONE, E. F. K.; DUARTE, L. F. G. A adesão dos professores na implementação do programa aprendizagem na idade certa no cariri cearense. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 29, n.59, 2025, eISSN: 2526-8449.